

Jornal ADUFOP

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
SEÇÃO SINDICAL

EDIÇÃO I - ANO I
DEZEMBRO/2014

ADUFOP FESTEJA 32 ANOS EM EVENTO DE CONFRATERNIZAÇÃO

A comemoração do 32º aniversário da ADUFOP ocorreu no último dia 7 de novembro. Reunindo docentes da UFOP do quadro da ativa e aposentados, e convidados, essa foi mais uma boa ocasião de conagração em um ambiente descontraído. A festa já é tradicional e acontece todos os anos.

Para o ex-diretor e fundador da entidade, prof. Aloísio Nardi Pena, “é uma oportunidade de rever os amigos e trocar ideias sobre melhorias para a categoria. É muito gratificante comemorar mais um aniversário da entidade”, disse.



Alguns dos atuais diretores e ex-diretores: Hernani Lima, Frederico Reis, Saturnino de Souza, Aldo Sobral, Joaquim Toledo, Marcelo Silva, Luís Seixas e Aloísio Nardi. Também estiveram presentes as ex-diretoras Vanessa Mosqueira, Selma Fernandes, Cláudia Marlière, Maria Arlene Fausto e Margarete Nimer.



CONHEÇA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADUFOP

Há quase 20 anos, o Escritório de Advocacia Aroeira Braga, Gusman Pereira, Carreira Alvim e Advogados Associados presta assessoria jurídica à ADUFOP e aos seus filiados, no que se refere às relações entre o servidor e a universidade, tanto na área administrativa quanto judicial. A assessoria disponibiliza serviço especializado, tendo em vista as especificidades do regime jurídico dos servidores públicos, de natureza estatutária.

Após a promulgação da Constituição Federal, ao longo das últimas décadas, constata-se progressiva política de redução dos direitos dos servidores, não apenas no plano remuneratório, mas também quanto a outros direitos, como licenças, afastamentos e direitos previdenciários. Além da necessária atuação política da entidade sindical, por meio da articulação da classe que a compõe, a assessoria jurídica é o instrumento

do qual se valem os servidores para o resgate da constitucionalidade e da legalidade, quando indeferidos ou suprimidos direitos de forma irregular pela Administração.

No início do próximo ano serão retomados os atendimentos periódicos na sede da ADUFOP, mediante prévio agendamento com a secretaria, especialmente para casos novos. Está sendo avaliada também, a estruturação de um novo canal para otimizar o atendimento, por meio de videoconferência, mantendo o esclarecimento regular de dúvidas por email ou telefone, sempre encaminhado por meio da ADUFOP, que realiza uma triagem, permitindo serviço adequado aos filiados, cuja participação e engajamento é que mantém a entidade de classe. A filiação além de fortalecer o movimento sindical, confere a possibilidade de atendimento pela Assessoria Jurídica especializada, no que diz respeito às questões funcionais.

EDITORIAL

É com muita satisfação que lançamos a primeira edição do **Jornal ADUFOP**. Este é mais um canal de notícias criado a partir da reestruturação da comunicação da entidade. Ele vem junto com a página *facebook.com/adufop*, o *twitter (@adufopsindical)* e a *newsletter* Notícias ADUFOP, encaminhada via *e-mail*. Com a efetiva implementação deste setor se pretende dialogar ainda mais com os filiados, a comunidade acadêmica, as seções sindicais e o ANDES.

O **Jornal ADUFOP** chega justamente em meio ao anúncio na imprensa do núcleo duro de ministros que deve ditar os rumos da política econômica dos próximos quatro anos. A perspectiva anunciada é de dificuldades, com poucas chances de abertura para o atendimento de reivindicações dos trabalhadores. Nesse sentido, adquire ainda mais importância o movimento desencadeado pela categoria dos servidores técnico-administrativos da UFOP que barrou, nesses últimos dias do mês de novembro, a proposta de 'regulamentar' o direito de greve na instituição. A diretoria da ADUFOP endossa o movimento liderado pela ASSUFOP, e lamenta que a proposta de 'regulamentação' tenha sido encaminhada assim de maneira tão asoberbada, e tenha ido assim tão longe, no afã de fazer passar de cima para baixo a visão do administrador de como deve se comportar o mundo do trabalho. Não se trata somente de querer amputar este que é o mais genuíno instrumento de luta da classe trabalhadora, mas, também e conjuntamente, o de limitar a capacidade de mobilização das entidades e definir *a priori* qual será o alcance das decisões das assembleias.

A ADUFOP permanece atenta e vai buscar reforço para resguardar a categoria dos eventuais desdobramentos perversos desta inusitada situação desencadeada na UFOP.

Nesse sentido, anunciamos o início das mobilizações para o ano de 2015 com a realização da reunião do setor das federais do ANDES em 30 de janeiro. O sindicato nacional vai indicar quais serão os eixos e estratégias para a campanha salarial. Essas definições serão discutidas nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro no contexto da plenária nacional das entidades sindicais de servidores públicos federais. Esta plenária deve definir os pontos consensuais entre as diferentes categorias e montar a estrutura da pauta de reivindicações.

Para fevereiro está reservado o Encontro da Regional Leste do ANDES, nos dias 6 e 7, o qual será honrosamente sediado pela ADUFOP. O evento é preparatório para o 34º Congresso da entidade nacional, dias 23 a 28, em Brasília (DF), cujo tema é: "Manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação".

Por fim agradecemos a incrível presença dos inúmeros professores e professoras, ativos e aposentados, em nossa tradicional Festa de Confraternização. Parabéns por mais este aniversário da entidade. Que o ano novo nos permita revigorar na luta!!!

Diretoria ADUFOP
Gestão 2014-2016

A ADUFOP deseja a todos boas festas e um 2015 cheio de conquistas!

EXPEDIENTE



DIRETORIA ADUFOP GESTÃO 2014-2016

Prof. Luís Antônio Rosa Seixas
Presidente

Prof. Douglas Ribeiro Barboza
Vice-Presidente

Prof. Paulo Ernesto Antonelli
1º Secretário

Prof. Alúcio Finazzi Porto
2º Secretário (licenciado)

Prof. Ricardo Silvestre da Silva
1º Tesoureiro

Prof. Joaquim Batista de Toledo
2º Tesoureiro

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Escola de Farmácia
Profª Mônica Cristina Teixeira
Profª Vanja Maria Veloso
Profª Vanessa Carla Furtado Mosqueira

Escola de Minas
Prof. Edison Tazava
Prof. Geraldo Donizette de Paula

ICHS
Prof. Marcelo Santos de Abreu

ICEB
Prof. Hildeberto Caldas de Souza

Escola de Nutrição
Profª Késia Diego Quintaes
Profª Marília Alfenas de Oliveira
Prof. Marcelo Eustáquio Silva

CEDUFOP

Prof. Heber Eustáquio de Paula

CEAD

Profª Janete Flor de Maio Fonseca

ICEA

Prof. Wagner Ragi Curi Filho
Prof. Thiago Augusto de Oliveira Silva

Escola de Medicina

Prof: Rodrigo Pastor Alves Pereira

Jornal ADUFOP

Redação, edição, diagramação e fotografia
Lícia Ribeiro - (MTb 08397JP)
Projeto gráfico - AllType Publicidade
Tiragem - 1.000 exemplares
Impressão - Gráfica 101
Contato: adufop.comunicacao@gmail.com
(31)3551-5247

AGENDA ANDES

Campanha salarial em destaque

Com o objetivo de discutir o eixo, a pauta e a agenda da campanha salarial 2015, o ANDES convocou para o dia 30 de janeiro, na sede em Brasília, a reunião do Setor das Ifes. A reunião antecede a Plenária das entidades sindicais do serviço público federal que ocorrerá nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro, e na qual estes mesmos temas terão uma definição. Fevereiro deve iniciar com uma proposta de pauta comum e consensual dos servidores públicos federais para buscar negociação junto ao governo federal.

34º Congresso do ANDES

De 23 a 28 de fevereiro, o ANDES reúne docentes das Instituições de Ensino Superior, em Brasília, para debater o tema “Manutenção e Ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação” organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”.



ADESÃO AO FUNPRESP EM DEBATE

O Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, o Funpresp, foi tema de debate entre docentes, em Belo Horizonte, no dia 3 de dezembro, com a palestra da secretária-geral do ANDES-SN, profª Claudia March. Com o tema 'A verdade sobre o Funpresp: perda de direitos e prejuízos irreparáveis' a professora destacou as perversidades do plano, que pune os servidores e principalmente não oferece garantias. O regime de previdência complementar criado pelo governo em 2012, merece atenção do servidor pois não garante a integralidade e a paridade, dentre outras perdas. "A contribuição é definida, mas o benefício não. O Funpresp é um problema para quem entrou depois de 2013, porque perde a integralidade, mas para quem entrou antes, é um suicídio, porque a opção é irrevogável e irretroatável", disse.

No Funpresp, o servidor sabe quanto paga, mas não sabe quanto irá receber, pois dependerá dos rendimentos futuros do montante da contribuição de cada servidor, acrescido da contribuição patronal no mercado financeiro, ditado por instabilidade e flutuação. O valor da aposentadoria será reajustado desconectado de qualquer nível da carreira a qual o docente pertence ou da remuneração que recebia em atividade, o valor fica limitado ao teto do INSS. A baixa adesão e a conscientização dos docentes têm gerado uma campanha agressiva do governo. "Os profissionais contratados pelo Funpresp, em parceria com as reitorias, têm acesso aos dados dos servidores, e o assédio têm sido feito por email, telefone e cartas para tentar conter essa baixa adesão", completou.

A professora lembrou exemplos fracassados que têm a mesma proposta do Funpresp, como a antiga Capemi, fundo de pensão dos militares, e o atual Postalís, dos Correios, que aplicou o dinheiro dos servidores nas empresas X do Eike Batista que quebraram. "A insegurança do servidor é o ponto chave de um plano que considero mais de capitalização do que um plano de previdência" disse a professora. Para quem vai aposentar daqui a 15 anos é preciso levar em conta também as mudanças na lei e reforma da previdência que poderão trazer novos problemas.



SEMINÁRIO REÚNE DOCENTES EM BRASÍLIA

Convocado pela diretoria nacional da entidade, seminário reuniu docentes de todo o Brasil, entre os dias 31 de outubro e 2 de novembro, em Brasília, para discutir sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN. A ADUFOP foi representada pelos professores Douglas Barboza e Joaquim Toledo. O evento contou com a participação de 134 docentes e propôs a ampliação e fortalecimento do ANDES frente aos desafios políticos e sindicais no novo contexto político e educacional. A programação teve início com a palestra do presidente do ANDES, prof. Paulo Rizzo, e em seguida, foram debatidos quatro eixos definidos pelos textos preparatórios: (i) composição da diretoria, (ii) multicampi, (iii) precarização do trabalho docente e reorganização do ANDES-SN, e (iv) política sindical.

Para o prof. Douglas Barboza, as plenárias foram um momento fundamental de socialização dos avanços e desafios enfrentados pelas diferentes seções sindicais. "O objetivo foi

traçar os rumos da construção de uma estrutura organizativa capaz de potencializar o enraizamento do sindicato nas bases, para assim, edificar uma organização forte para as lutas que virão no próximo ano, considerando o cenário de fragmentação das instituições públicas de ensino e das suas diferentes categorias de trabalhadores", disse.

Para o presidente da entidade, prof. Luís Seixas, o engajamento de docentes da UFOP no movimento sindical é sempre importante. "Existe uma agenda em curso para 2015, a reunião do setor das ifes, a plenária de servidores federais, o encontro regional e o congresso da entidade nacional. A participação da ADUFOP nos eventos fortalece a sua entidade representativa. É possível se inserir no contexto mais amplo do mundo do trabalho das universidades, compartilhar e definir pautas de reivindicação, e discutir formas de enfrentamento diante da conjuntura", completa.

ENTREVISTA

Cláudia March, secretária geral do ANDES

Militante sindical há 20 anos, a secretária geral do ANDES-SN, prof^a Cláudia March Frota de Souza, é graduada em Nutrição, mestre em Saúde Coletiva (UFBA), doutora em Serviço Social (UFRJ) e atual professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

*Em entrevista ao **Jornal ADUFOP**, ela fala sobre as principais reivindicações sobre a carreira docente, assim como sobre o trabalho de mobilização que vem sendo realizado pelo Sindicato Nacional.*



Vocês assumiram o ANDES em agosto deste ano e quais são as principais questões da carreira docente?

Tomamos posse em um processo de intensa mobilização nos três setores do sindicato nacional: estaduais, particulares e federais. As estaduais estão em período tenso, com a greve das paulistas, do Ceará e de Minas. Nas federais estamos em um processo de retomada da mobilização, pós-greve de 2012, que foi muito importante e gerou uma resposta ao ataque do governo à categoria e aos aposentados. Houve uma desestruturação na carreira, em termos salariais, e essa questão foi mobilizada pelo processo de regulamentação da progressão para titular que trouxe de novo o debate e a necessidade de defender os princípios do ANDES. O sindicato defende a ideia de não ser feita em classes e sim um caminho com 13 níveis no qual o professor possa ser avaliado em uma conjuntura, e não individualmente e quantitativamente, mas sim à luz de um projeto institucional coletivo, pensado nas condições de trabalho. O processo que se implantou nas universidades comprovou que havia essa pendência e seria muito prejudicial não só para o professor, que teria dificuldades em ascender a titular, como também para o projeto de universidade que defendemos. Os professores têm trabalhos coletivos de ensino básico, técnico, tecnológico e superior que compartilham trabalho de ensino, pesquisa e extensão e temos que considerar isso para a progressão também para titular. Foi importantíssimo para o ANDES nacionalizar o debate, que foi muito fragmentado por indução do governo, mas conseguimos no setor das federais, recuperar isso.

Você tem visitado as universidades e conversado com a categoria, quais as expectativas dos docentes?

Há uma insatisfação geral dos professores, principalmente em relação à pauta de condições de trabalho, porque o governo não mexeu em nada e continuamos em condições precárias. Mas, apesar da forte insatisfação, há uma grande disposição de mobilização.

O governo já sinalizou corte de gastos, o que impacta diretamente no orçamento público. O que está sendo feito neste contexto?

A luta das estaduais e federais tem como pano de fundo um processo de redirecionamento do fundo público e contingenciamento para pagar dívida do superávit primário. Isso gera um aprofundamento da crise, que é estrutural, e aparece muito claramente na greve das estaduais paulistas com a proposta de congelamento salarial, plano de demissão voluntária e o ataque aos trabalhadores da USP. Esse pano de fundo aparece na carreira, na previdência e no processo de intensificação da contrarreforma do estado. É muito grave a possibilidade que o governo colocou de fazer uma organização social para contratação de professores. Entendemos que é impossível fazer esse debate e enfrentar essa política de contingenciamento, de contrarreforma do estado só com os docentes. É fundamental que tenhamos uma unidade dos trabalhadores e estudantes no campo da Educação.

Qual a perspectiva de mobilização sabendo que em 2015, termina o acordo feito pelo governo na greve de 2012?

Esse é o nosso desafio. O 'pseudo-

acordo' que nos foi imposto pelo governo termina em uma conjuntura do discurso da crise. Mas percebemos que há uma mobilização, uma iniciativa das seções sindicais e regionais sobre carreira. O acordo foi ruim não só em termos salariais como em projeto de universidade, porque desestrutura a carreira e impacta no nosso trabalho. Em janeiro, terá uma plenária de servidores públicos federais, onde a ideia é construir uma pauta unificada, porque o debate sobre terceirização, privatização, achatamento salarial com contingenciamento do fundo público é pauta dos servidores públicos. Vamos tocar o trabalho de base no ANDES, na perspectiva promissora de recuperar a unidade dos trabalhadores. A categoria está se debruçando sobre uma nova realidade, que é a multicampia, intensificada pela interiorização do Reuni, que veio acompanhada de precarização e fragmentação. Isso tudo reflete essa pauta.

Como você concilia as atividades acadêmica, sindical e de mulher?

É mais duro neste período recente, em função do processo de intensificação do trabalho, de atomização e individualização que a universidade está impondo. Hoje já quase não temos mais o trabalho coletivo. Para quem milita é um processo difícil, porque há dificuldade em encontrar tempo e isso gera muitas vezes o adoecimento. Temos que recuperar a pauta da licença sindical, que o FHC tirou e debater essa intensificação e precarização. É um espaço muito importante de discussão crítica, contraditória e coletiva que a própria universidade vem perdendo. Apesar de trabalhar muito, para nós, militantes no movimento docente sindical, é muito gratificante.